

Câmara de Goiânia**Plano Diretor esquentou clima entre vereadores**

Veto a projeto tucano que obriga estudo de impacto em grandes construções causa polêmica

Márcia Abreu

29 de maio de 2013 (quarta-feira)

O clima tenso dominou a sessão plenária de ontem na Câmara de Goiânia. Com os ânimos exaltados, vereadores protagonizaram momentos de estranhamentos. O ponto alto foi a derrubada do projeto do vereador Geovani Antônio (PSDB), que prevê impacto de trânsito e vizinhança para empreendimentos residenciais de grande porte.

Aprovada em primeira votação em novembro do ano passado, a matéria foi rejeitada por 15 votos contrários e 14 favoráveis, depois de a líder do prefeito, Célia Valadão (PMDB), orientar as bancadas da situação a vetarem o projeto.

Geovani Antônio lamentou a derrubada e contestou as declarações de Célia, de que o Plano Diretor prevê impacto de trânsito nos moldes do que foi apresentado por ele. "Hoje, o prefeito de Goiânia deixou claro que age para beneficiar o setor da construção civil, privilegiando o mercado em detrimento da população", enfatizou.

De acordo com o tucano, quem arca com o estudo são as incorporadoras, o que não justificaria a orientação do prefeito. "Por que ele (Paulo Garcia) mudou de ideia? Será que, em visita ao seu gabinete, donos de imobiliárias pediram que nosso projeto não prosperasse?", indagou, completando que o governo não se comporta como sustentável – em referência ao slogan da administração petista.

JUSTIFICATIVA

Célia Valadão disse que o projeto de Geovani Antônio confronta o estudo feito pela Secretaria de Planejamento. Ela não soube explicar, no entanto, porque a matéria foi aprovada em primeira votação e rejeitada em segunda.

"Neste momento, entendemos que não é conveniente aprovar um projeto que venha interferir ou alterar a estrutura do Plano Diretor. Acreditamos que é melhor aguardar para que todas as adequações sejam feitas pelo governo", justificou.

Barrado

Veja como foi a votação que derrubou o projeto do vereador Geovani Antonio

29 de maio de 2013 (quarta-feira)

FAVORÁVEIS

- Djalma Araujo (PT)
- Bernardo Neto (PSC)
- Cristina Lopes (PSDB)
- Elias Vaz (PSol)
- Geovani Antonio (PSDB)
- Paulo Silva (PSDC)
- Virmondes Cruvinel (PSD)
- Zander (PSL)
- Tayrone di Martino (PT)
- Paulo Magalhães (PV)
- Felisberto Tavares (PT)
- Anselmo Pereira (PSDB)
- Thiago Albermaz (PSDB)
- Divino Rodrigues (PSDC)

CONTRÁRIOS

- Paulinho Graus (PDT)
- Wellington Peixoto (PSB)
- Carlos Soares (PT)
- Célia Valadão (PMDB)
- Deivison Costa (PT do B)
- Domingos Sávio (PMN)
- Edson Silva (PMN)
- Eudes Vígior (PMDB)
- Izidio Alves (PMDB)
- Jorge Souza (PSL)
- Joãozinho Guimarães (PRB)
- Mizair Lemes (PMDB)
- Paulo Borges (PMDB)
- Richard Nixon (PRTB)
- Tatiana lemos (PCdoB)

Célia ameaça deixar liderança. Votação divide base do prefeito

(Colaborou Pedro Palazzo)

29 de maio de 2013 (quarta-feira)

Diomício Gomes



Incomodada com o questionamento de Geovani Antônio (PSDB), que perguntou se a orientação do Executivo para derrubar seu projeto tinha sido pessoal, Célia Valadão (PMDB) ameaçou deixar a liderança do prefeito. Em tom elevado, ela pediu que os vereadores parassem de questionar a autoridade dela.

"Se alguém estiver de olho no meu posto, pode assumi-lo. Se acharem que há pessoa mais capacitada, que o façam. O que não admito é ter de elevar a voz aqui para explicar a minha função", afirmou, cobrando

"respeito". Elias Vaz (PSOL) usou o mesmo tom para responder a colega. "Essa questão de impacto de trânsito é muito séria. O que estamos fazendo com Goiânia é grave e depois tem gente que ainda acha ruim reclamar", declarou, referindo-se a líder do prefeito.

Atualmente, a lei não exige a elaboração de Estudos de Impacto de Trânsito (EIT) e Vizinhança (EIV) para empreendimentos residenciais com mais de 150 apartamentos que indiquem as consequências de grandes edifícios para morar, justamente o que era proposto no projeto de Geovani Antônio.

A rejeição dividiu até vereadores do PT e fiéis ao prefeito, como seu ex-assessor de imprensa Tayrone Di Martino. Ele votou favorável ao projeto do colega opositorista e citou os problemas causados por complexos de edifícios na região Norte da capital. Djalma Araújo (PT) também desrespeitou a orientação da líder do governo, Célia Valadão. A Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Goiás (Ademi-GO), por outro lado, é contra estudos para instalação de residências e argumenta que a lei já define as áreas.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU-GO) criticou a derrubada da proposta: "Por que essas pessoas que dizem que buscam construir uma cidade sustentável se incomodam com esse tipo de instrumento (os estudos de impacto)? É contraditório", afirma o presidente da entidade, John Mivaldo da Silveira.

Esta é a segunda vez que Paulo Garcia barra a exigência de EIT e EIV para edifícios residenciais. A primeira foi em novembro de 2011. Na época a alegação do veto era de que o tema seria abordado na atualização do Plano Diretor.